

Padrões de pontuação relacionados aos nexos adversativos: a tradição gramatical e o funcionalismo linguístico em contraponto

Punctuation standards related to adversative nexs: grammatical tradition and linguistic functionalism in counterpoint

Patrícia Azevedo Gonçalves

Mestra em Gramática e Significação (UFRGS) e doutoranda em Estudos Linguísticos (PUCRS)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1442-8185>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9306973914047017>

E-mail: patricia.goncalves87@edu.pucrs.br

Resumo

A pontuação deve ser compreendida não apenas como um apêndice da gramática das línguas naturais ou mera convenção tipográfica, mas como conjunto de marcas linguísticas que organizam a sintaxe do texto e instanciam sentidos. Entretanto, em muitas das gramáticas tradicionais, na falta de uma exposição sobre os processos sintáticos e semânticos que resultam na escolha de um determinado sinal, acentua-se seu caráter normativo. Tendo por horizonte esse olhar crítico, apresentamos esta revisão da literatura, que integra nossa pesquisa de mestrado (GONÇALVES, 2020), na qual buscamos investigar, de modo focal, os padrões de pontuação relativos aos conectores adversativos, em contexto de escrita formal (acadêmica). Para tanto, colocamos em contraponto o que a tradição gramatical já sistematizou acerca da pontuação das coordenadas adversativas e o que a Linguística Funcional, na figura de Givón (1984, 1991, 1993), pode contribuir para que ampliemos nossa compreensão acerca do português escrito, em especial, quanto aos processos de vinculação sintática e seu registro gráfico.

Palavras-chave: Pontuação. Coordenadas Adversativas. Português Escrito.

Abstract

Punctuation should be understood not only as an appendix to the grammar of natural languages or a mere typographical convention, but as a set of linguistic marks that organize the syntax of the text and instantiate meanings. However, in many traditional grammars, in the absence of an explanation of the syntactic and semantic processes that result in the choice of a certain sign, its normative character is accentuated. With this critical perspective in mind, we present this literature review, which is part of our master's research (AUTHOR, 2020), in which we seek to investigate, in a focal way, the scoring patterns related to adversative connectors, in the context of formal writing (academic). For that, we put in counterpoint what the grammatical tradition has already systematized about the punctuation of the adversary coordinates and what the Functional Linguistics, in the figure of Givón (1984, 1991, 1993), can contribute to expand our understanding of written Portuguese, in particular, regarding syntactic linking processes and their graphic registration.

Keywords: Punctuation. Adversative Coordinates. Written Portuguese.

Data de submissão: 01/06/2022 | Data de aprovação: 04/09/2022

1 Introdução

A pontuação, segundo Veronique Dahlet (1999, 2002, 2006), deve ser compreendida não apenas como um apêndice da gramática das línguas naturais ou mera convenção tipográfica, mas como conjunto de marcas linguísticas que organizam a sintaxe do texto e instanciam sentidos. Uma vez que a escrita consiste em um *continuum* escritural que se manifesta num espaço bidimensional, isto é, de dimensão linear (horizontal) e hierarquizante (vertical), seu papel, de maneira operacional, corresponde a um **sistema**: “[c]onjunto de sinais

visuais de organização e apresentação, [...] a pontuação inclui várias classes de sinais gráficos discretos que constituem um sistema, completando ou substituindo a informação alfabética” (CATACH, 1980, p. 21).

Nas gramáticas tradicionais, denuncia Dahlet (2006, p. 24), “na falta de uma exposição sobre os processos semânticos e interacionais que resultam na escolha de um determinado sinal”, acentua-se seu caráter normativo, “deixando a impressão de que a pontuação é um objeto cuja aplicação fica pronta de antemão, e pode realizar-se de uma só maneira”.

[E]m muitos casos, existe mais do que uma possibilidade de pontuar [...]. Isso, evidentemente, não significa que as maneiras de pontuar fogem de regras, mas que essas regras proveem essencialmente do próprio ato de comunicação, com suas estruturas sintáticas, seus relevos e efeitos de sentido, suas condições de enunciação, seu tipo de relação contratual, enfim, que liga o enunciador e o enunciatário (DAHLET, 2006, p. 24).

Tendo por horizonte esse olhar crítico, apresentamos esta síntese, que integra nossa pesquisa de mestrado (GONÇALVES, 2020), na qual buscamos investigar, de modo focal, os padrões de pontuação relativos aos conectores adversativos em contexto de escrita formal (acadêmica). Para consecução da discussão proposta na dissertação da qual este artigo é oriundo, foram coletados trabalhos acadêmicos, tendo por recorte temporal o período de julho a dezembro de 2017, totalizando 50 trabalhos. Destes, foram coletados 722 excertos em que os conectores adversativos foram mobilizados, sendo o objeto geral de nossa análise descrever quais condicionamentos estão presentes em estruturas cujo manejo da pontuação não se mostrou adequado. Em nossa investigação, objetivamos descrever e discutir os condicionamentos presentes em construções cujo manejo da pontuação não reflete sua estrutura sintática, rompendo a progressão temática esperada para o excerto; apresentando segmentação inadequada de sintagmas, orações e períodos; ou causando ambiguidades quanto ao escopo do conectivo.

Assim, no que concerne os objetivos deste artigo, compartilhamos nossa síntese teórica, colocando, em contraponto, o que a tradição gramatical sobre o português já sistematizou acerca da pontuação das coordenadas adversativas (seção 2) e o que a Linguística Funcional, na figura de Givón (1984, 1991, 1993), pode contribuir para que ampliemos nossa compreensão acerca do português escrito (seção 3).

2 O que propõem os gramáticos

Nesta etapa da revisão da literatura, buscaremos, como ponto de partida, visitar como a pontuação é abordada por alguns dos principais gramáticos que se ocuparam da descrição do português. Nossa síntese organizar-se-á da seguinte forma: primeiramente, abordaremos as diferenças de distribuição entre os nexos adversativos; e, depois, discutiremos, mais focalizadamente, suas contribuições acerca da pontuação relativa às orações coordenadas adversativas. Nosso objetivo, aqui, é não apenas sumarizar o que foi

produzido por esses autores, mas enfatizar nossa percepção de que esses materiais descritivos normalmente se contentam com uma apresentação muito sucinta e vaga do que entendem ser a natureza geral da pontuação.

Para tanto, selecionamos, como bibliografia para este estudo, doze gramáticas, sendo que oito delas apresentam seção destinada à pontuação: Cunha e Cintra (2007), Bechara (2006), Azeredo (2008), Abaurre (2011), Haury (2015), Pestana (2015), Fetzner (2015), Vitral (2017); e outras quatro, juntamente com as já mencionadas, nos auxiliaram na compreensão acerca dos nexos adversativos: Neves (2000), Castilho (2010), Bagno (2011) e Perini (2016).

2.1 Algumas observações sobre os nexos adversativos

Cunha e Cintra (2007, p. 594) apresentam as conjunções adversativas como aquelas que “ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma ideia de contraste: *mas, porém, todavia, contudo, no entanto, entretanto*”. Os autores sinalizam que apenas *mas* deve aparecer obrigatoriamente no começo da oração, podendo as demais virem no início da oração ou após um dos seus termos. Descrevem, ainda, as diferentes significações atribuídas a *mas*, sendo elas as de restrição, retificação, atenuação ou compensação, adição, havendo “outras mais”. Por fim, destacam o emprego de *mas* e de *porém* para mudar a sequência de um assunto “geralmente com o fim de retomar o fio do enunciado anterior que ficara suspenso” (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 599):

- (1) **Mas** continua. Não te esqueças do que estavas a contar.

Bechara (2006, p. 321) descreve que as conjunções adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas. As adversativas por excelência são *mas, porém e senão*”. E segue: “[a]o contrário das aditivas e das alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas se restringem a duas. *Mas* e *porém* acentuam a oposição; *senão* marca a incompatibilidade”. Diferente estatuto é dado para *contudo, entretanto, todavia e não obstante*, aos quais Bechara (2006, p. 322) nomeia como *advérbios (textuais ou discursivos)*, pois “marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas”. Por fim, indica que tais vocábulos, como advérbios que são, “guardam com o núcleo verbal uma relação frouxa” (*idem*), podendo estar em qualquer posição dentro da oração em que se inserem:

- (2) Eles não chegaram *nem todavia* deram certeza da presença.
- (3) Eles não chegaram *nem* deram, **todavia**, certeza da presença.
- (4) Eles não chegaram *nem* deram certeza da presença, **todavia**.

Azeredo (2008, p. 305) descreve que as conjunções adversativas expressam, basicamente, “uma relação de contraste entre dois fatos ou ideias”. Seu valor contrastivo, segundo o autor, pode consistir em “uma simples oposição de dois conteúdos” (5) ou “na quebra de uma expectativa criada pela primeira proposição” (6):

- (5) A secretária dele é antipática, **mas** competente.
- (6) O lutador era magrinho, **mas** derrubava todos os seus adversários.

O autor ainda menciona outros empregos de *mas*: para fins de ênfase (7); podendo ligar orações que estejam subordinadas a uma mesma oração principal (8); como meio de focalização (9); e, quando antecedido de *não*, enquanto focalização contrastiva (10):

- (7) Eles já estão velhos, **mas ainda assim** têm um fôlego de jovens.
- (8) É provável que esses animais sobrevivam em cativeiro, **mas** (que) não se reproduzam nessas condições.
- (9) Entre, **mas** sem fazer barulho. (Compare com “Entre sem fazer barulho”).
- (10) Contrariamente ao que se pensa, (a águia) *não* mata com o bico, **mas** só com as garras, que funcionam como punhais.

Quanto aos nexos *porém*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto* e *todavia*, na seção destinada às conjunções, Azeredo (2008, p. 306-307) afirma que “têm características que se assemelham a advérbios – como a mobilidade posicional da frase – e comportam-se como verdadeiros equivalentes de *ainda assim*, *infelizmente*, *pelo contrário*, *apesar disso*”. Vejamos os exemplos apresentados pelo autor:

- (11) Eles já estão velhos, **contudo** ainda têm um fôlego de jovem. (contudo = apesar disso)
- (12) Comprei os ingressos para o cinema, **entretanto** deixei-os no bolso do paletó. (entretanto = infelizmente)

Em outra seção, destinada exclusivamente aos *adjuntos conjuntivos*, o autor afirma que estes “são utilizados como recurso de coesão textual [...], [pressupondo] alguma porção de sentido precedente no discurso ou texto” (AZEREDO, 2008, p. 288). Ao listar os que expressam “oposição ou ressalva”, menciona os seguintes: *ainda assim*, *apesar disso*, *contudo*, *em compensação*, *entretanto*, *não obstante*, *na verdade*, *no entanto*, *porém*, *por outro lado*, *todavia*. Convém questionar se o agrupamento proposto pelo autor é o mais adequado. Fica evidente que o critério empregado por ele é sintático, tendo em vista o tipo de sintagma que essas expressões constituem; contudo, poderia ter sido apresentada uma discussão ou categorização semântica mais refinada, pois, nesse conjunto, há elementos cujo sentido é totalmente opaco à maioria dos falantes/escreventes, como *todavia*, e outros com significado

lexical claro, como *na verdade* ou *por outro lado* – dentre outros aspectos da ordem do sentido.

Na gramática escolar de Abaurre (2011), não há nenhuma problematização quanto às conjunções coordenadas adversativas, sendo consideradas pela autora as seguintes expressões: *mas, porém, todavia, contudo, no entanto, não obstante*.

Amini Hauy (2015, p. 806), em sua obra, também mantém os nexos *mas, porém, todavia, contudo, no entanto* e *entretanto* como conjunções adversativas, que são descritas pela autora como “conjunções (ou expressões) [...] [que] conectam palavras, expressões, orações e períodos, cujo sentido se contrasta ou se opõe, ou exprime atenuada concessão ou ressalva”. Em nota de rodapé, a autora faz remissão à *Gramática Descritiva* de Maximiliano Maciel (de 1925!), que cita autor anterior (Eduardo Carlos Pereira), afirmando que, “[c]om exceção de *mas* e *porém*, as demais adversativas antigamente se classificavam como advérbios de concessão. [...] denomina-as conjunções adverbiais, [...] ‘as que conservam seu valor de advérbio’”. Por fim, ela também menciona o fato de somente *mas* ter posicionamento fixo, devendo sempre “encabeçar a oração”.

Pestana (2015, p. 529, *grifo do autor*), em gramática destinada à preparação para concursos, afirma que as conjunções adversativas “indicam essencialmente uma ideia de adversidade, oposição, contraste; também ressalva, quebra de expectativa, compensação, restrição; *elas realçam o conteúdo da oração que introduzem*”. Como construções dessa natureza, considera: *mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto, não obstante, só que, senão, agora, antes, ainda assim*. Na mesma seção, o autor também comenta a diferença quando à mobilidade sintática de *mas* em relação às demais conjunções e destina tópicos às diferentes matizes de sentido que algumas conjunções apresentam.

A gramática de Fetzner (2015, s.p.) é a mais sucinta entre todas as consultadas quanto aos nexos adversativos. Definindo-os como aqueles que introduzem “um fato de sentido adverso (contrário) ao da outra oração”, cita que as “principais conjunções adversativas” são: *mas, porém, contudo, todavia*.

Na gramática de Vitral (2017, p. 172), são listadas entre as conjunções adversativas: *mas, porém, entretanto, contudo, só que, no entanto, apesar disso* e *embora*; restringindo-se apenas à afirmação de que a conjunção *mas*, por exemplo, “introduz a interpretação de algo que é contrário às expectativas”. Vemos que o autor, assim como Azeredo (2008), considera elementos aparentemente estranhos ao conjunto das adversativas, como as expressões *apesar disso* e *embora*.

Neves (2000, p. 755) apresenta apenas *mas* como conjunção adversativa. As palavras *porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto* e *não obstante* são nomeadas pela autora como *advérbios juntivos*. Descrevendo que os advérbios juntivos indicam relações semânticas baseadas nas “desigualdades dos elementos postos e ligação, relações que vão desde uma simples desigualdade pouco caracterizada até a rejeição, passando pelo contraste, pela contrariedade, pela oposição, pela negação e pela anulação” (NEVES, 2000, p. 273), a linguista apresenta amplo exemplário, tecendo considerações interessantes quanto à direção da oposição estabelecida entre os argumentos textuais (em 13, temos o conectivo *entretanto*

apresentando um dado novo em oposição à afirmação anteriormente feita); o escopo da restrição/refutação/acréscimo de informação (segundo a autora, em 14, o nexos instancia uma relação de acréscimo); casos de negação de inferência (15), dentre outros aspectos sintáticos e semânticos.

- (13) Muitas festas desapareceram, outras estão desaparecendo; **entretanto**, nas regiões das novas culturas, algumas estão aparecendo.
- (14) O Governo Nacional, mediante lei especial, pode intervir em empresa econômica particular. A intervenção, **entretanto**, só se fará a título de exceção.
- (15) O resultado é que, na natureza, tem lugar uma forte mortalidade que, **entretanto**, não impede a espécie de sobreviver.

Castilho (2000, p. 352-353) também considera que somente *mas* desempenha papel de conjunção, atribuindo-lhe propriedades discursivas de: (i) marcador discursivo, na interação conversacional (16, 17); (ii) conectivo textual, unindo unidades discursivas (18) e (iii) operador argumentativo, alterando o “eixo da argumentação” (para este caso, o autor não apresenta exemplos).

- (16) – *gosto do campo para dormir [...]*
– **mas** *você falou que passava férias numa fazenda...*
- (17) **Mas** *e aí... como vão as coisas [...]*?
- (18) Unidade A: *[...] vi... não só que já se fazia coisa muito boa e também muita coisa ruim... é claro...*
Unidade B: **mas** *vi também todas as possibilidades [...]*.

Quanto às suas propriedades semântico-sintáticas, o autor elenca três valores: (i) *mas* inclusivo, em sentenças afirmativas; (ii) *mas* contrajuntivo, em sentenças negativas; (iii) *mas* contrajuntivo, em sentenças formalmente afirmativas, mas com valor implícito de negação de expectativas. Já em relação a seu escopo, o autor observa:

Enquanto operador de inclusão, *mas* tem seu escopo à direita, ligando expressões da esquerda para a direita. Enquanto operador argumentativo de contrajunção, *mas* tem seu escopo à esquerda, ligando constituintes da direita para a esquerda, contrapondo o segundo segmento ao primeiro. (CASTILHO, 2000, p. 354)

Por fim, o autor menciona as construções *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto*, *só que* e *agora*, mas a partir de postulados apresentados por outros autores (DIAS DE MORAES, 1987; PERINI, 1995), afirmando que

[n]ão é pacífico que estas conjunções tenham as mesmas propriedades de *mas*, como dizem as gramáticas. Perini (1995, p. 145) mostra que *porém* ainda é um adverbial, pois se desloca livremente pela sentença, o que não ocorre com *mas*. [...] O mesmo se pode dizer de *entretanto* e *contudo*. (CASTILHO, 2000, p. 354)

Marcos Bagno (2011, p. 891), em sua *Gramática Pedagógica*, retoma a discussão feita por Perini, Bechara, Neves, Azeredo e Castilho, defendendo que “[a] verdadeira conjunção adversativa é *mas*”. As formas *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto* e *no entanto* são consideradas, pelo autor, *advérbios*, devido à sua “ampla mobilidade no interior da sentença” e, também, “por poderem vir anteceditos da conjunção aditiva e [...], o que é impossível para a conjunção adversativa [*mas*]”.

Por fim, temos, na gramática de Perini (2016), breve menção ao *mas* enquanto *coordenador* de distribuição limitada, cujo significado é o de negar uma expectativa.

No Quadro 1, apresentamos uma síntese da nomenclatura empregada para os nexos adversativos que têm comportamento adverbial.

Quadro 1 – Nomenclatura dos Nexos Adversativos

	Nomenclatura Empregada	Autores
Conjunções	Coordenativas Adversativas	Cunha e Cintra (2007), Abaurre (2011), Hauy (2015), Pestana (2015), Fetzner (2015), Vitral (2017)
Advérbios/ Adverbiais	Textuais ou Discursivos	Castilho (2000)
	Juntivos	Neves (2000)
	***	Bechara (2006), Bagno (2011)
	Adjuntos Conjuntivos	Azeredo (2008)

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como foi possível observar nos autores visitados, há uma grande divergência quanto ao papel atribuído às conjunções, em relação a que nexos são considerados adversativos e, ainda, quanto àqueles que apresentam comportamento adverbial.

Após esta revisão acerca dos nexos adversativos, nos deteremos, na próxima seção, no que os autores apresentam quanto à pontuação específica das orações coordenadas adversativas.

2.2 A pontuação das coordenadas adversativas

Nas gramáticas de Cunha e Cintra (2007), de Hauy (2015) e de Pestana (2015), como primeira prescrição relativa às adversativas, recomenda-se o emprego da vírgula para separar as orações coordenadas sindéticas com a conjunção *mas*, empregada sempre no começo de oração.

(19) Não me disseste, mas eu vi.

(20) O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente [pressupõe] o predomínio dos comportamentos de aparência.

Hauy (2015, p. 423) destaca, ainda, que: “Antepõe-se a *vírgula* à conjunção coordenativa *mas*, inicial de oração, reforçada, ou não, por *até*, *ainda*, *também* e precedida da locução *não só*”, apresentando o seguinte exemplo:

- (21) Isto é, todo o estado de alma é não só representável por uma paisagem, mas verdadeiramente [é] uma paisagem.

Cabe mencionar, entretanto, que tal prescrição não nos parece produtiva, pois já está contida na preleção anterior.

Em Azeredo (2008, p. 522), encontramos a seguinte descrição do uso da vírgula, bem como o exemplo que segue: “A vírgula é tipicamente empregada nos casos de uso de palavras ou locuções que expressam conexões discursivas em geral (adição, explicação, contraste, compensação, retificação, encadeamento, conclusão, ratificação, etc.)”.

- (22) Vivemos num mundo curioso. Tudo o que nele ocorre é global, universal e uniforme e, no entanto, os eventos que mais chamam a atenção são os que têm um feitio único, singular, especial.

Além de não propor uma especificação/categorização das “conexões discursivas em geral” citadas (entre as quais o autor agrupa conjunções conclusivas, adversativas, explicativas, etc.), os exemplos mobilizados apresentam conectivos em co-ocorrência com o nexos aditivo *e*, sem uma descrição mais apurada que permita a consolidação de uma regra bem formulada para esses casos. Já na gramática de Fetzner (2015, s. p.), a co-ocorrência com o aditivo *e* é mencionada: usa-se a vírgula “[p]ara separar as orações coordenadas sindéticas, salvo as introduzidas pela conjunção *e*”. A gramática escolar de Abaurre (2011, p. 547), por sua vez, limita-se apenas a descrever o uso da vírgula “entre coordenadas sindéticas”, sem focalizar as adversativas.

Das gramáticas consultadas, consideramos a de Haury (2015) a mais abrangente quanto ao tratamento da pontuação em português escrito. É na gramática da autora que vemos contemplada a descrição mais detalhada, por exemplo, quanto ao emprego da vírgula posterior às conjunções quando estas *iniciam* um período, emprego amplamente encontrado na amostra analisada neste estudo, mas raramente admitido explicitamente pelas gramáticas normativas. Vejamos as palavras de Haury (2015, p. 443):

Iniciais de período, as conjunções adversativas, com exceção de *mas*, em geral têm vírgula depois delas. Comentário: Não se justifica, porém, essa posposição da vírgula nesses conectivos coordenados, pois, como já anteriormente se explicou, nem sempre à pausa da leitura deve corresponder a vírgula como sinal gráfico de pontuação.

- (23) Contudo a minha mágoa nunca fez ver negro o que era cor de laranja.
(24) Contudo, sempre os trazia baixos.

Destacamos que o comentário da autora contém a crítica dentro de si próprio. Ao dizer que “nem sempre” à pausa deve corresponder a vírgula, admite que *frequentemente* sinalizamos “a pausa” com vírgula – o que é particularmente verdade para elementos adverbiais deslocados para a frente da frase. Portanto, *em regra*, nexos como *contudo*, *todavia*, *portanto* serão seguidos de vírgula quando usados no começo de período ou oração, sendo precedidos, nesse último caso, de ponto e vírgula.

Outro ponto descrito por ela, embora não aborde a conexão das orações coordenadas adversativas em si, diz respeito à co-ocorrência de conectivos coordenativos e subordinativos,

sobre os quais afirma: “Separa-se o conectivo coordenativo do conectivo subordinado, desde que não seja o caso de coordenação de subordinadas de idêntica função” (HAUY, 2015, p. 443).

- (25) Mas, se a sociedade não pode igualar os que de natureza criou desiguais, cada um [...] pode reagir sobre as desigualdades nativas [...].

Essa “regra”, convém mencionar, compõe outra muito mais geral – a de que elementos adverbiais devem ser circunscritos quando “deslocados” – isto é, quando intervêm entre elementos que estão na ordem direta; pois, evidentemente, a ordem direta de um nexo introdutor de oração e sujeito é [Nexo + Sujeito + Predicado].

Cunha e Cintra (2007), Haüy (2015), Fetzner (2015) e Pestana (2015) mencionam que os demais nexos adversativos – *porém, contudo, entretanto, no entanto, todavia* – apresentam maior mobilidade sintática, podendo ocorrer no início da oração, no final ou entre seus termos. Nesses casos, recomenda-se, de modo geral, que seja empregado o ponto e vírgula entre as orações e que o nexo seja demarcado entre vírgulas – uma seguinte se o nexo introduz a oração, ou intercalado entre vírgulas se o nexo está no interior da oração, em posição “adverbial”.

- (26) Vá aonde quiser, mas fique morando comigo.
(27) Vá aonde quiser, porém fique morando comigo.
(28) Vá aonde quiser, fique, porém, morando comigo.
(29) Vá aonde quiser; fique, porém, morando comigo.

Ao registrar os exemplos acima (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 662), os autores chegam a registrar o exemplo em (29), em que *porém* é precedido de vírgula, apenas, e não é seguido de outra vírgula; mas, logo a seguir, condenam a ausência de ponto e vírgula neste exemplo, pois compreendem que utilizar *apenas* a vírgula entre as orações não representa a “acentuada pausa que existe entre as orações”.

Ainda a respeito do ponto e vírgula, Cunha e Cintra (2007, p. 662) apresentam um contexto em que seu uso seria *facultativo*: neste, ao empregar o sinal “com o alongamento da pausa, acentua-se o sentido adversativo [...] das referidas conjunções”:

- (30) Pode a virtude ser perseguida, mas nunca desprezada.
(31) Pode a virtude ser perseguida; mas nunca desprezada.

O mesmo aspecto é destacado por Bechara (2006, p. 610), que recomenda o emprego do ponto e vírgula “para separar as adversativas em que se quer ressaltar o contraste”:

- (32) Não me disse mais nada; mas de noite Lobo Neves insistiu no projeto.

E por Hauy (2015, p. 422), que destaca este emprego do ponto e vírgula como “recurso estilístico da antítese”, encontrado em orações coordenadas (contrativas), sindéticas e assindéticas:

- (33) Verbo Divino é a palavra divina; mas importa pouco que as nossas palavras sejam divinas, se forem desacompanhas de obras.

Como é possível verificar nas prescrições e tópicos elencados por cada um dos autores, não há consenso em relação a determinados empregos da *vírgula* e do *ponto e vírgula* relacionados às *conjunções* e *orações coordenadas adversativas*. Há, também, tópicos que parecem redundantes na exposição de uma mesma obra – como, por exemplo, as duas menções que a gramática de Hauy (2015, p. 427) faz ao uso da vírgula antes de *mas*: “quando inicial de oração” e “inicial de oração reforçada, ou não, por *até, ainda, também* e precedida da locução *não só*”. Também é preciso destacar que gramáticas de relevância, como a de Bechara (2006) e de Azeredo (2008), não formulam nada a respeito do emprego do ponto e vírgula como organizador sintático das orações coordenadas adversativas cujos nexos se encontram entre os termos da oração.

2.3 Síntese da seção

Após realizar esta incursão sobre o tema, observa-se sua complexidade, visto que ainda há empregos da pontuação que ainda não foram, a nosso ver, devidamente tratados na literatura – sendo esse, em particular, o caso do uso da vírgula, do ponto e vírgula e do ponto final para separar orações/períodos adversativos.

Ainda a respeito do que descrevem/prescrevem as gramáticas que compuseram nossa revisão, propomos uma síntese quanto aos usos descritos por regras ou apresentados nos exemplos, a qual será retomada nos capítulos posteriores de análise.

1) Quanto à pontuação com *mas*:

- (a) *mas* introduzindo oração adversativa deve ser precedido por ponto final, ponto e vírgula ou vírgula; no primeiro caso, a oração é também um período independente; nos outros dois, é parte de um período composto;
- (b) *mas* unindo *termos* de uma oração (p. ex., adjetivos) não precisa vir precedido de vírgula (e não pode vir precedido nem de ponto final, nem de ponto e vírgula);
- (c) como *mas* é conjunção, e não elemento adverbial, não ocorrerá deslocado para o interior da oração adversativa isolado por vírgulas (isto é, não há, com *mas*, uso análogo a “João chegou cedo; Maria, *contudo*, chegou tarde.”);
- (d) *mas* pode ser seguido de vírgula caso esta seja demarcatória de constituinte deslocado para a frente da frase, em ordem indireta; de outro modo, não pode haver tal vírgula (portanto, “Paulo não consegue dormir de noite; mas, depois do almoço,

consegue.” e não “Paulo não consegue dormir de noite; mas, consegue depois do almoço.”).

2) Pontuação com os demais nexos adversativos, p. ex., *contudo*:

- (a) como *mas*, devem ser precedidos de ponto final, ponto e vírgula ou vírgula;
- (b) não são usados, entretanto, para unir *termos* da oração (p. ex., adjetivos) – precisamente por serem, na verdade, elementos adverbiais, e não verdadeiras conjunções;
- (c) como não são conjunções, mas elementos adverbiais, podem ocorrer deslocados para o interior da oração adversativa, quando aparecerão isolados por vírgulas (“João chegou cedo; Maria, *contudo*, chegou tarde.”);
- (d) nessa última situação, a oração adversativa deverá ser separada da oração precedente por ponto final ou ponto e vírgula, mas não por vírgula apenas (portanto, “João chegou cedo. Maria, *contudo*, chegou tarde.” ou “João chegou cedo; Maria, *contudo*, chegou tarde.”, mas não “João chegou cedo, Maria, *contudo*, chegou tarde.”);
- (e) como são elementos adverbiais, podem ser separados do resto da oração adversativa por vírgula quando em posição inicial precedidos de ponto final ou ponto e vírgula (portanto: “João chegou cedo. *Contudo*, Maria chegou tarde.” ou “João chegou cedo; *contudo*, Maria chegou tarde.”); mas, se vierem precedidos de vírgula, não poderão ter a segunda vírgula demarcatória, pois esta criaria problema na determinação do escopo do nexo adversativo, como observaram Cunha e Cintra (2007) – portanto, “João chegou cedo, *contudo* Maria chegou tarde.”, mas não “João chegou cedo, *contudo*, Maria chegou tarde.”.

3 Talmy Givón: a correlação entre integração formal e funcional

Nesta seção, conforme já enunciado, buscaremos retomar algumas asserções proferidas por Givón (1993). Para o autor, a teoria funcionalista tem por objetivo fornecer “um quadro explícito, sistemático e abrangente da sintaxe, semântica e pragmática unificadas como um todo”¹ (GIVÓN, 1984, p. 7, *tradução nossa*).

Partindo do pressuposto de que a dependência temática de uma oração relativa ao seu contexto imediato de discurso é garantida, o autor afirma que nos resta determinar o tipo e o grau de conectividade entre as orações. Assim, quanto mais conectada tematicamente uma oração coordenada é com uma oração adjacente – quanto mais linhas de coerência temática ela compartilha com essa oração – mais provável é que ela apareça reduzida, menos finita, sintaticamente integrada com a outra oração, conforme o isomorfismo entre integração funcional e estrutural apontado por Givón (1993, p. 318), o qual se configura como um caso

¹ Do original: “an explicit, systematic and comprehensive framework of syntax, semantics and pragmatics unified as a whole”.

particular do princípio geral da iconicidade: quanto mais integrados funcionalmente – mais firmemente coerentes – dois estados/eventos adjacentes, tanto mais integradas formalmente serão as duas orações que os codificam.

Por meio do princípio da iconicidade, considera-se a existência de uma relação não arbitrária, natural, entre forma e função, ou entre código e mensagem, na linguagem humana. Isto é, tal noção implica uma relação entre o mundo (sua representação conceptual) e o modo de verbalização (na direção do mundo para a linguagem): a iconicidade supõe que a estruturação dos enunciados tem correspondência com a organização dos fatos, pressupõe uma “força de motivação para a linguagem” (NEVES, 2018, p. 152).

Tendo em vista esse pressuposto, Givón (1993) apresenta diferentes parâmetros de integração entre orações, conforme sua distribuição e funcionalidade:

- (a) **Ligações locais mais concretas:** continuidade referencial, temporal, espacial, de ação;
- (b) **Faixas globais mais abstratas:** continuidade modal, do ato discursivo, de perspectiva.

Posto que orações presentes no discurso conectado podem, de fato, codificar diferentes graus de coerência, uns mais restritos, outros cada vez mais frouxos, o autor postula dois tipos de dependência, a serem abordados a seguir: a *dependência gramatical* e a *dependência funcional*.

3.1 Dependência funcional e gramatical: graus de conectividade temática e de integração sintática

Segundo Givón (1993), a progressão textual se constrói mediante diferentes estratégias de conectividade temática, as quais o autor identifica como *continuidade referencial*, *continuidade temporal*, *espacial* e *de ação*. Vejamos o que são essas estratégias de conectividade:

- (a) **Continuidade Referencial:** Neste tipo de continuidade, vemos diferentes estratégias anafóricas (uso de pronomes, de descrições definidas modificadas ou não, etc.) sendo mobilizadas para que a unidade temática seja assegurada pela manutenção de um mesmo referente como tópico informacional.

(34) Por se tratar de um prédio histórico e tombado pelo IPHAE e IPHAN, sua restauração é bastante dispendiosa, dependente de profissionais específicos, os restauradores, considerada uma mão de obra cara e bastante especializada. [M1, p17]²

² Exemplos extraídos do *corpus* de análise da dissertação. A codificação de referência diz respeito ao número da monografia (M) e o número da página (p) de onde foi extraído. Os exemplos de nossa amostra foram aqui apresentados tal qual ocorreram, sem quaisquer correções.

(b) Continuidade Temporal: Aqui, a continuidade/descontinuidade se dá no âmbito da progressão temporal dos fatos. A continuidade temporal, portanto, diz respeito à organização de um dado segmento textual em termos de uma certa orientação histórico-temporal.

(35) Da década de 40 a 80, esse cenário foi se transformando. Grandes distâncias geográficas passaram a dividir as classes sociais. [...] O crescimento da metrópole e seus processos de ocupação do espaço se deram de tal modo que, nos anos 90, as distâncias físicas entre ricos e pobres diminuíram, ao mesmo tempo em que os vários mecanismos para os separar tornaram-se mais óbvios e complexos. [M2p24]

(c) Continuidade Espacial: Mobilizando elementos lexicais e sintáticos, principalmente nomes e advérbios, organiza a progressão temática em torno da descrição de cenários e espaços que se relacionam espacialmente.

(36) No espaço da escola, o projeto possui uma sala, um quiosque e uma horta para realizar suas atividades. A sala de atividade está equipada com mesas, cadeiras, uma lousa, armários, geladeira e fogão, conta também com materiais didáticos e pedagógicos, como livros e outros instrumentos de trabalho. No espaço da horta, são realizadas ações socioambientais que promovem o cuidado com o preparo do solo e o cultivo de hortaliças, plantas medicinais e alimentícias não convencionais (PANC) manutenção de canteiro e a colheita das hortaliças. [M3p37]

(d) Continuidade de Ação: Por fim, temos um tipo de continuidade obtido por meio de algum tipo de estrutura na sucessão de ações, por exemplo, quando são orientadas para um certo “fim” (o que vale para textos “instrucionais”, mas também para narrativas típicas).

(37) Para que o usuário se inscreva no Programa Bolsa Família, é necessário que se cadastre no Cadastro Único, o que não assegura que o benefício lhe será concedido. [M4p22]

Para exemplificar³ os diferentes graus de integração entre orações, suas relações de continuidade e descontinuidade, o autor utiliza-se das seguintes oposições:

(a) Descontinuidade da Modalidade: A oposição entre os modos factual e não factual, que agenciam a atitude de falante perante um estado de coisas ou sucessão de eventos, resultam em “descontinuidade formal” entre orações que codificam tais eventos.

³ Os exemplos utilizados nesta parte da seção foram traduzidos e adaptados da obra do autor (GIVÓN, 1993).

- (38) Ela entrou e sentou na cama. Ela logo se mudaria para sempre. [*realis x irrealis*]
(39) ?? Ela entrou, sentou na cama, e logo se mudaria para sempre.

Em (41), cabe mencionar que “logo se mudaria” é uma hipótese no momento em que a personagem senta, mas pode ter se tornado verdade a seguir – o contexto não explicita; sendo hipótese, não pode se integrar sintaticamente à sucessão de ações expressa por período independente em (40).

- (b) Descontinuidade do Ato de Fala:** Mudança quanto à natureza do ato de fala no interior de textos e discursos também resulta em “descontinuidade formal” das orações.

- (40) Ela entrou e sentou na cama. Ela estava pensando nele? [declarativa x interrogativa]
(41) ?? Ela entrou, sentou na cama, e estava pensando nele?

O contraste entre (42) e (43) indica que, no caso típico, orações de um mesmo período estão no escopo de um mesmo e único ato de fala; portanto, atos de falas diferentes implicam, normalmente, períodos diferentes.

- (c) Descontinuidade da Perspectiva:** Do mesmo modo, a alternância entre enunciadores implica “descontinuidade formal”. Vejamos os exemplos a seguir:

- (42) Ela entrou, sentou na cama, refletiu um pouco e decidiu que ia esquecer tudo.
(43) Ela entrou, sentou na cama, refletiu um pouco. Esqueceria tudo, decidiu.
(44) ?? Ela entrou, sentou na cama, refletiu um pouco e esqueceria tudo, decidiu.

Em (44), podemos observar que um período – segmento textual único – corresponde a uma só perspectiva (a do narrador). Já em (45), temos dois períodos, representando formalmente as duas perspectivas apresentadas. Por fim, vemos, no exemplo (46), um período com problema de construção, pois não é possível que um único período instancie duas perspectivas. A descontinuidade de perspectiva, portanto, relaciona-se, como foi possível observar nos excertos em destaque, diretamente, na escrita, com o manejo da pontuação.

3.2 Pontuação e continuidade referencial

A continuidade referencial, como, em certa medida, já mencionamos, diz respeito à manutenção de “referentes do discurso”, seres e coisas de que se fala ao longo de um trecho de discurso, sendo um dos aspectos que integram a continuidade temática (coerência) de modo geral. Assim, tendo uma ideia da correlação entre os diferentes processos de vinculação sintática e os graus de conectividade temática e de integração entre as orações, vejamos agora

como Givón (1993) mobiliza esses elementos a fim de descrever as motivações para o uso de determinados sinais de pontuação e nexos adversativos, em sua função de *descontinuidade referencial*. Tais motivações podem comunicar um contraste entre referentes distintos, inserir orações cujas funções sintáticas ou papéis temáticos se modificam ou, ainda, sinalizar quando ocorre uma relação de contraste total entre o conteúdo informacional de duas construções.

Conjunções de contraste como *mas*, de acordo com Givón (1993, p. 324), são usadas quando algumas expectativas foram pré-estabelecidas em relação a indivíduos ou tipos de estados, atividades, assuntos ou objetos dos quais se espera que se comportem de uma certa maneira, mas acabam não o fazendo. As expectativas podem ser baseadas em normas culturais, envolvendo a maneira normal pela qual alguns tipos de eventos devem seguir outros. Eles também podem ser criados no discurso anterior para ocasiões e participantes específicos. O autor menciona, por fim, que contrastes cada vez mais sutis são possíveis, desde que as expectativas apropriadas sejam pré-estabelecidas e depois violadas. Vejamos os exemplos:

(45) João veio, mas Maria não. → contraste referencial

(46) Helena sentou-se, *mas* levantou-se imediatamente. → *comutação do verbo*

(47) Ela esteve aqui ontem, *mas* não hoje. → *momento de mudança*

(48) Ela deveria ir para São Paulo, *mas* acabou em Maceió. → *mudança de lugar*

(49) A aniversariante sentou-se, *mas* os convidados ficaram em pé. → *mudança de sujeito e verbo*

(50) José adorava alface, *mas* odiava espinafre. → *mudança de verbo e objeto*

(51) Maria jogava xadrez, *mas* Bruno detestava jogos de tabuleiro. → *mudança de sujeito, verbo e objeto*

Nos exemplos registrados anteriormente, vemos contrastados, conforme elenca Givón (1993), elementos que fazem com que não possa haver um grau muito alto de integração entre as orações. Entretanto, pode-se usar a vírgula porque já há um outro elemento codificando a relativa independência entre os conteúdos – a própria conjunção adversativa. Para o autor, as conjunções contribuem para o estabelecimento de uma relação temática entre orações adjacentes em um texto contínuo e coerente.

A fim de analisar essa independência relativa, podemos observar que os mesmos exemplos *são compatíveis com sinais que sinalizariam maior independência*, como o ponto final e o ponto e vírgula:

João veio, *mas* Maria não.

(52) João veio; mas Maria, não.

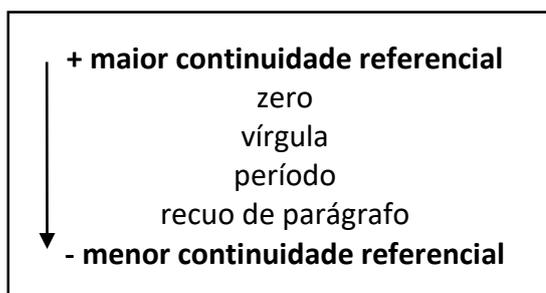
(53) Ela deveria ir para São Paulo. Mas acabou em Maceió.

Maria jogava xadrez, *mas* Bruno detestava jogos de tabuleiro.

(54) Maria jogava xadrez. Bruno, porém, detestava jogos de tabuleiro.

Em seção dedicada às orações coordenadas no volume 2 de sua *English Grammar*, Givón (1993) retoma estudo anterior não publicado (HAYASHI, 1989), dispondo os usos da pontuação numa escala que vai da maior à menor continuidade referencial e sua expressão através de diferentes elementos gráficos.

Figura 1 – Pontuação e Continuidade Referencial



Fonte: Adaptado de Givón (1993, p. 322).

Segundo o autor, a escala apresentada na figura 1 expressa uma correlação inversa entre a duração da pausa entre orações – imitada pelo sinal de pontuação – e o grau de continuidade referencial através do limite entre estas: “Quanto mais contínua – coerente – for a referência através do limite da oração, menor será a pausa entre as orações”⁴ (GIVÓN, 1993, p. 322, *tradução nossa*).

Assim, ao abordar o princípio da *proximidade*, o autor menciona a forte correlação entre a “pontuação de período”, isto é, o emprego do *ponto final* e a ruptura da coerência entre duas proposições, opondo a isso o emprego da *vírgula* ou de “pontuação zero” e a continuidade referencial de duas orações:

(55) Ela entrou e falou comigo.

(56) Ela entrou, viu que estávamos ali; mas ela veio falar comigo.

Como é possível observar nas sentenças acima (GIVÓN, 1991, p. 7), a escolha por determinados sinais gráficos na escrita relaciona-se com o grau de integração que os eventos codificados apresentam. Em (59), por exemplo, é possível observar o contraste graficamente materializado pelo *ponto e vírgula*: a última ação é, em algum sentido, inesperada, porque é apenas uma das alternativas da sequência – ela poderia ter ido falar com todos, ou um dos outros, etc.; há menos integração, logo o *ponto e vírgula* pode ser empregado.

Por fim, cumpre enfatizar que, como vemos pela discussão acima, Givón (1993, p. 330) situa a pontuação no âmbito do que ele chama “gramática da coerência temática”, juntamente com outros elementos sintáticos e semânticos, como as conjunções, os advérbios, a codificação dos referentes e tempo/aspecto verbal. Para o autor, a manipulação hábil da

⁴ Do original: “The more continuous — coherent — is reference across the clause boundary, the smaller the pause between the clauses”.

gramática da coerência temática dá origem a parágrafos mais coerentes, já um controle menos eficiente desses elementos daria origem a um tipo conhecido de texto: aparentemente gramatical, mas incoerente e de difícil processamento cognitivo.

4 Considerações finais

Nesta revisão da literatura, buscamos sintetizar as principais contribuições da descrição gramatical sobre o português escrito, apresentando-as de forma crítica e em diálogo, quando necessário, com outros autores que se ocuparam do tema. Aqui, cumpre registrar, nossa pesquisa não foi tão profícua quanto esperávamos, pois, na literatura brasileira, ainda prevalecem trabalhos de caráter normativo, os quais apresentam inúmeras regras de emprego, sem maior reflexão científica, ou mesmo coerência quanto aos critérios empregados para análise de exemplos.

Assim, como proposta de enriquecimento teórico à reflexão estabelecida sobre o português escrito, apresentamos as proposições de Talmy Givón (1984; 1991; 1993) no âmbito do Funcionalismo Linguístico clássico, consolidado entre os anos 80 e 90, quanto aos diferentes graus de integração, a partir das noções de dependência gramatical e funcional, bem como quanto à continuidade referencial (e demais tipos) e sua relação com a pontuação. Acreditamos que as reflexões operacionalizadas pelo autor trazem um olhar mais refinado à complexidade inerente aos fenômenos de vinculação sintática presentes em textos concretos, os quais desafiam as prescrições propostas pela tradição gramatical quanto a pontuação de períodos compostos.

Por fim, com esta compilação teórica, visamos contribuir não somente para a discussão a respeito dos condicionamentos sintático-semânticos que estruturam o português brasileiro escrito, apresentando um olhar mais amplo acerca da importância da pontuação como organizadora sintática e promotora de sentidos, mas também para a prática de revisores e professores de produção textual, que precisam dispor de sólido conhecimento teórico e de critérios consistentes ao retificar, reescrever ou propor sugestões aos autores/alunos.

Referências

- ABAURRE, Maria Luiza. **Gramática: texto, análise e construção de sentido**. Coleção: Moderna Plus Ensino Médio (v. 3). São Paulo: Moderna, 2011.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: PubliFolha, 2008.
- BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- CASTILHO, Ataliba T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

- CATACH, Nina. (org.). **La punctuation**. Paris: Larousse, 1980.
- CUNHA, Celso F.; CINTRA, Lindsey F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
- DAHLET, Veronique. Aquisição das línguas e pesquisas em pontuação. **Linha d'Água**, n. 14, p. 75-85, jul. 1999.
- DAHLET, Veronique. A pontuação e sua metalinguagem gramatical. **Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 29-41, jan./jun. 2002.
- DAHLET, Veronique. **As (man)obras da pontuação: usos e significações**. São Paulo: FAPESP, 2006.
- DIAS DE MORAES, Luiz Carlos. **Nexos de coordenação na fala urbana de São Paulo**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- FETZNER, Néli Luiza Cavalieri (coord.). **Lições de gramática aplicadas ao texto jurídico**. 4. ed. [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- GIVÓN, Talmy. **English Grammar: a function-based introduction**. v. 2. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1993.
- GIVÓN, Talmy. Isomorphism in the Grammatical Code: Cognitive and Biological Considerations. **Studies in Language**, p. 1-27, jan. 1991.
- GIVÓN, Talmy. **Syntax I**. New York: Academic Press, 1984.
- GONÇALVES, Patrícia Azevedo. **Nexos Adversativos e Pontuação: um olhar para a integração sintática e a conectividade temática em textos acadêmicos**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- HAUY, Amini Boainain. **Gramática da Língua Portuguesa Padrão**. São Paulo: EDUSP, 2015.
- MACIEL, Maximino. **Gramática Descritiva**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática Funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2018.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.
- PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1995.
- PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português Brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

Padrões de pontuação relacionados aos nexos adversativos: a tradição gramatical e o funcionalismo linguístico em contraponto

PESTANA, Fernando. **A gramática para concursos públicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

VITRAL, Lorenzo. **Gramática Inteligente do Português do Brasil**. [recurso eletrônico]. São Paulo: Contexto, 2017.

Agradecimentos

Ao meu professor orientador no mestrado em Gramática e Significação, Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi, do PPG Letras UFRGS, pelas valiosas contribuições à minha dissertação. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa que oportunizou esta pesquisa.

